AVISO Nº 64/CGJ/2014
(Consulte [Aviso nº 69/CGJ/2014](#))

Avisa que, a partir de 9 de dezembro de 2014, passarão a tramitar exclusivamente no sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Comarca de Contagem, os procedimentos judiciais listados neste Aviso, bem como os respectivos incidentes processuais e ações conexas.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da [Constituição Federal de 1988](#), que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a [Lei nº 11.419](#), de 19 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial”;

CONSIDERANDO a [Resolução nº 185](#), de 18 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que “institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento”;

CONSIDERANDO o Projeto de “Processo Eletrônico TJMG” inserido no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que prevê modernizar a administração da Justiça Mineira com a utilização dos recursos disponíveis da tecnologia da informação por meio da implantação do processo eletrônico nas 1ª e 2ª Instâncias;

CONSIDERANDO, por fim, o que ficou consignado nos autos nº 2011/53036 - SEPAC,

AVISA aos juízes de direito, servidores, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia pública e privada e a quem mais possa interessar que, a partir de 9 de dezembro de 2014, passarão a tramitar exclusivamente no sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Comarca de Contagem, os seguintes procedimentos judiciais, bem como os respectivos incidentes processuais e ações conexas:

I - nas Varas da Fazenda Pública Municipal: ação civil coletiva, ação civil de improbidade administrativa, ação popular, alvará judicial, exibição e *habeas data*;

II - nas Varas Empresariais, de Fazenda Pública e Registros Públicos: ação civil coletiva, ação civil de improbidade administrativa, ação civil pública, ação popular, alvará judicial, anulação e substituição de títulos ao portador, arresto, arrolamento de

bens, atentado, autorização judicial, busca e apreensão, busca e apreensão em alienação fiduciária, caução, cautelar inominada, consignação em pagamento, declaração de ausência, depósito, despejo, despejo por falta de pagamento, dissolução e liquidação de sociedade, exibição, *habeas data*, habilitação, homologação de transação extrajudicial, instrução de rescisória, interpelação, justificação, liquidação por arbitramento, liquidação por artigos, liquidação provisória por arbitramento, liquidação provisória por artigos, monitória, notificação, interpelação, nunciação de obra nova, prestação de contas - exigidas, prestação de contas - oferecidas, procedimento ordinário, procedimento sumário, produção antecipada de provas, protesto, revisional de aluguel, retificação ou suprimento ou restauração de registro civil, sonegados e, nos mandados de segurança, apenas aquelas ações impetradas em face de autoridade de trânsito (Direção do DETRAN), bem como todos os procedimentos de natureza cautelar, procedimentos ordinário e sumário, procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária e aqueles regidos pela legislação extravagante, relativamente à matéria tributária estadual.

AVISA, ainda, que os procedimentos judiciais mencionados acima distribuídos por intermédio do SISCOM antes de 9 de dezembro de 2014 continuarão tramitando em meio físico.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2014.

Desembargador ANTÔNIO SÉRVULO DOS SANTOS
Corregedor-Geral de Justiça